

Titulo da pesquisa: Centro de Observação e Orientação Juvenil – COOJ: práticas, discursos e contradições.

AUTORA: CLAUDIA REGINA DE CASTRO TEIXEIRA¹

COAUTOR: ANDERSON DE BRITO RODRIGUES

Esta pesquisa procurou compreender as contradições existentes entre a prática e o discurso no Centro de Observação e Orientação Juvenil (COOJ), instituição goiana que funcionou entre as décadas de 1970 a 1980 atendendo adolescentes envolvidos em atos infracionais. Algumas perguntas mobilizaram este trabalho, sendo: quais os elementos, sociais, históricos, econômicos e políticos, do Estado de Goiás estiveram presentes na vigência das instituições voltadas a assistir crianças e adolescentes? Quais propostas educativas foram desenvolvidas com os adolescentes para que os mesmos retornassem à convivência social em condições de alterar seus projetos de vida? As práticas propostas de ressocialização e reinserção social conseguiram ultrapassar os discursos? Quais contradições estiveram presentes durante a vigência da instituição? Estes questionamentos tiveram início no trabalho para conclusão de curso da especialização *lacto sensu*, apresentado ao Centro Universitário Unisal, o qual investigou a representação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em relação à educação formal e suas formas de reprodução dos estigmas sociais. Nesta ocasião percebeu-se enorme distância entre o discurso e a prática educativa. Os adolescentes participantes da pesquisa viam na escola um espaço de socialização e aprendizagem, ao mesmo tempo, relatavam vivências de preconceito, violência, humilhação e discriminação. Assim, durante o período de dez anos, inquietações sobre distância entre os discursos e práticas da política socioeducativa foram se fortalecendo.

¹ Instituição: Universidade Federal de Goiás – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Titulação: Graduação em Serviço Social (UNESP – SP), Psicologia (UNIARA – SP) e mestranda (UFG – GO).

Estas inquietações foram acrescidas pelas discussões contemporâneas sobre a adolescência, nas disciplinas do mestrado. Assim, o Centro de Observação e Orientação Juvenil (COOJ) pareceu o objeto ideal pela capacidade de agregar parte da história da adolescência goiana e início da política de atendimento socioeducativo. O COOJ foi uma instituição destinada a

2

recolher adolescentes autores de atos infracionais, cuja finalidade foi a ressocialização e reinserção social, entre as décadas de 1970 a 1980, na cidade de Goiânia.

Convém destacar que estudos sobre instituições correcionais no Brasil realizados por: Assis e Oliveira (1999), Aguiar (2006), Bispo (2006), Cardoso (1998), Fajardo (2014) e Miranda (2008) discutem direta e indiretamente os processos de institucionalização de adolescentes brasileiros, envolvidos ou não em atos infracionais, os efeitos dessa institucionalização e as contradições entre discursos e práticas, contribuindo para ampliar a definição do objeto de estudo desta pesquisa.

Além do mais, a partir da análise desses trabalhos, supõe-se que algumas das contradições expressadas nos trabalhos citados acima também estiveram presentes no processo de constituição do COOJ. A construção historiográfica do Centro de Observação e Orientação Juvenil, sua constituição, as contradições subjacentes, o cenário do seu desenvolvimento e extinção, compõe o problema de pesquisa nesta dissertação. Na tentativa de responder alguma dessas interrogações se estabeleceu como objetivo geral: compreender os discursos e as práticas no processo de surgimento, desenvolvimento e extinção do COOJ, no cenário goiano. Tendo por objetivos específicos:

- Compreender as condições históricas, sociais, políticas e econômicas responsáveis pelo desenvolvimento da assistência socioeducativa em Goiânia;
- Identificar os pressupostos pedagógicos na proposta educativa do COOJ;
- Aprender, caso tenham ocorrido, as relações contraditórias entre o discurso e a prática no desenvolvimento operacional do COOJ.

Esta pesquisa é uma construção historiográfica. Considerou-se que este tipo de pesquisa, que tem nos documentos seu material primordial e podem extrair deles uma análise que é determinada pela postura do pesquisador, seu conjunto de valores e o contexto histórico em que este se insere. Dessa forma, a ciência e o discurso historiográfico como narrativa se mesclam e recuperam os fatos históricos, sem ter a pretensão de alcançar uma totalidade ou verdade absoluta, mas como uma forma de compreender o passado, sem desconsiderar o lugar que o pesquisador ocupa.

3

Para Certeau (2002) a escrita da história deve considerar a multiplicidade cultural. Comenta o autor que as características do trabalho do historiador se constituem numa operação historiográfica, possui a particularidade de falar de um domínio e de um lugar. Para ele, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2000, p. 62).

Para compor parte da história do COOJ foi realizado um inventário no Arquivo Histórico Estadual, localizado na região central de Goiânia. Este inventário apreendeu documentos oficiais nos arquivos dos governadores, notícias publicadas no Diário Oficial e planos governamentais, os quais apresentavam elementos que foram compondo a história da instituição. Essa história também é contada a partir dos documentos encontrados em órgãos públicos, arquivos de jornais e arquivos particulares.

Foi neste sentido que a pesquisa constatou parcialmente, uma vez que ainda está em construção, que a história do COOJ foi uma expressão da política de nacional em âmbito estadual, as FEBEM's - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor. Tais propostas se configuraram numa política cujo discurso foi o de reeducar e ressocializar crianças e adolescentes advindos das camadas populares. Sua constituição foi uma expressão da política de nacional em âmbito estadual, as FEBEM's - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor. A FEBEM em Goiás foi instituída em 15 de julho de 1976, pelo Decreto nº 968, com a finalidade de cumprir as determinações da FUNABEM estabelecidas pela PNBEM.

O COOJ foi construído no governo de Otávio Lange – 1966\1971 ligado à Secretaria de Serviços Sociais. Os primeiros atendimentos no COOJ ocorreram em 21 de novembro de 1973 e destinaram-se ao acolhimento de sete adolescentes, os quais estiveram detidos por oito meses na Casa de Detenção Provisória. O COOJ em parceria com o Juizado de Menores buscava alternativas para as questões que envolviam a infância e adolescência envolvida em atos ilícitos. Entretanto, o entendimento das causas desta problemática foi direcionado aos próprios sujeitos, os responsáveis pelos seus problemas sociais.

Em Goiânia, assim como em outras cidades brasileiras, a prática mostrou-se bastante contraditória, enquanto ação educativa, uma vez que priorizou o encarceramento, a violência e a institucionalização de crianças e adolescentes pobres. Foi possível constatar nos documentos coletados que o discurso da assistência socioeducativa da época direcionou o problema da

4

infância e adolescência envolvida em atos ilícitos, com vivências de rua ou abandonados, à vontade individual, à responsabilidade da família, ou dos próprios adolescentes. Tal pensamento justificava a intervenção total do Estado e a interferência decisiva do Juizado na vida de crianças, adolescentes e suas famílias. Esta intervenção estatal total também contou com influência das ideias higienistas e das tendências psiquiatrizantes.

Essa forma de intervenção, tem, além do ideário higienista, uma influência do período ditatorial, na ânsia por controlar e conter a expansão da criminalidade que acometia o país. Conforme discute Zaluar (1994), entre as décadas de 1970 e 1980 o desenvolvimento do crime organizado abriu as portas para as crianças e adolescentes devido à sua doçura, agilidade e imputabilidade. Com o país em crise econômica agravou-se ainda mais a situação da população carente, dos adolescentes abandonados. Ressalta a autora que surge o problema que passou a atemorizar a população: “o menor violento, a justificar uma política de violenta repressão contra crianças e jovens de origem pobre, em especial os que perambulavam pelas ruas e que não eram os principais protagonistas desses novos dramas urbanos” (p.138)

A ausência de critérios claros para a apreensão e detenção, possivelmente, permitiu que adolescentes com demandas diferentes recebessem o mesmo tipo de assistência. O atendimento não personalizado homogeneiza as necessidades individuais, categoriza o

indivíduo, equiparando-o à circunstância vivenciada. Um exemplo disso está na qualificação do abandono ou mesmo do infrator e delinquente.

No discurso, a proposta do COOJ, baseada nas diretrizes da FEBEM, expressava uma filosofia de trabalho pautada por uma ação educativa, interdisciplinar e de valorização do sujeito em sua dimensão individual e social, bem como, sua integração com o mercado de trabalho. Contudo, as notícias estampadas nos veículos jornalísticos sobre o COOJ, atestavam um distanciamento entre o discurso e a prática.

As notícias jornalísticas expressavam as mazelas do sistema de políticas públicas voltado à criança e ao adolescente pobre. Demonstraram um discurso desenvolvimentista, cuja base estaria assentada no modo de produção capitalista, do qual o discurso de reinserção social e reeducação foram sinônimos, primeiro de encarceramento e depois do aprendizado profissional. Contudo, diante das dificuldades estruturais que o COOJ enfrentou, parece que a aprendizagem profissional ficou a desejar.

5

Com apenas três anos de funcionamento o COOJ já apresentava graves problemas estruturais, organizacionais e financeiros. Passou a ser o centro de muitas críticas em razão das fugas, dos depoimentos de violência e também das denúncias dos próprios funcionários. Os jornais da época demonstraram que o Centro de Observação e Orientação Juvenil era deficiente nas suas instalações, em equipamento e material de consumo, em recursos financeiros, na dinâmica funcional, com pessoal auxiliar, no setor pedagógico. Faltavam-lhe condições na triagem para estabelecer diagnóstico e plano de tratamento, retaguarda para adolescentes com idade abaixo de 14 anos, que também eram ali recebidos e também para aqueles considerados “intratáveis” pela instituição. Também não funcionavam as oficinas profissionalizantes. Tudo isso parecia contribuir para a impossibilidade de assistência integral, atendimentos improvisados, pouco rendimento no trabalho, ociosidade, prejuízo da rentabilidade do trabalho executado, morosidade para o estabelecimento de diagnóstico, despreparo do adolescente para o mercado de trabalho, fugas, insatisfação, e agressividade.

A análise de alguns documentos permite aferir que o Estado de Goiás, buscava, ao menos no discurso, estabelecer uma assistência mais efetiva no atendimento à criança e especialmente ao adolescente autor de ato infracional. No entanto, de acordo com Duarte (1987) tal iniciativa enfrentou algumas dificuldades relacionadas à ambiguidade política. De um lado a Secretaria de Serviços Sociais executava os projetos e programas nos Centros Comunitários e de outro a Ação Social do Palácio do Governo que desenvolvia outros projetos ligados à administração direta. Isso resultou, segundo a autora, no descaso com a FEBEM. Comenta ainda, que a FEBEM GO, nesse período, deparava-se com estruturas físicas inadequadas, ausência de recursos financeiros, falta de apoio da prefeitura e de outros órgãos públicos e o quadro de pessoal insuficiente.

A FEBEM de Goiás, para Oliveira (2005), definiu-se como uma política de caráter compensatória e estigmatizante, uma vez que, classificou as crianças e adolescentes como menores carentes, menor abandonado, menor de conduta antissocial, infrator e delinquente.

O atendimento destinado ao adolescente envolvido em infração penal, entre as décadas de 1970 e 1980, em Goiás, previa: atendimento em regime de internato, semi-internato ou liberdade assistida, tem como foco principal a profissionalização e conseqüentemente, sua colocação no mercado de trabalho. O atendimento seria oferecido em Centros de Atendimento como o COOJ, Centros Integrados e na Delegacia de Vigilância e Proteção a Menores.

6

O atendimento previa estudo de casos, o qual consideraria os aspectos físicos, psicológicos, pedagógicos, sociais e jurídicos. Para este público específico foi elaborada em 1975 um programa de atendimento, denominado: Programa de Atendimento ao Menor de Conduta Anti-social do Estado de Goiás. Tal programa foi elaborado visando avaliar e revisar o atendimento destinado ao adolescente, denominado neste documento por: “menor de conduta anti-social”. Ainda neste documento foi previsto uma redefinição do Centro de Observação e Orientação Juvenil, o aproveitamento de outros programas como alternativa de atendimento e o alinhamento conceitual de todos os órgãos envolvidos no atendimento do adolescente. Dentre os objetivos do Plano destacam-se: a redefinição da programação do centro de Observação e Orientação Juvenil, a fim de transformá-la numa programação compatível com

um Centro Educacional que vise prioritariamente a integração social; a utilização dos mecanismos de integração social de maneira consciente por parte das pessoas envolvidas e participativa por parte do educando e o fortalecimento das ações da FEBEM\Juizado\Delegacia de Menores para melhorar o atendimento ao menor de conduta anti-social (FEBEM, 1984, p. 7)

O COOJ configurou-se como expressão da FEBEM, funcionando sob os preceitos do Código de Menores, cuja “ordem”, imposta aos internos, fundamentavam-se em atitudes autoritárias, acompanhadas de maus tratos, castigos, imposições severas e situações vexatórias, se traduzindo numa prática institucional repressiva e vigilante. Neste processo de institucionalização, expressado pelo confinamento, reafirmava-se a ideia de que o indivíduo caracterizado como “menor” era um “perigo coletivo” e deveria permanecer isolado da sociedade. Para ela a vigilância rigorosa e a repressão sobre os comportamentos das crianças e adolescentes internos no COOJ visavam garantir o controle e forçar a adaptação às regras duras em vigência na instituição.

Apesar das inúmeras tentativas para o desenvolvimento de uma assistência mais humanizada, foi possível identificar que as práticas punitivas existentes nos códigos de Menores de 1927 e 1979, persistiram dentro dos muros do COOJ. Sob esses preceitos Código de Menores, a assistência oferecida aos internos pelos agentes estava, também, permeada por ações e medidas autoritárias, por maus tratos, castigos, imposições severas, exposição inadequada e desproteção quanto ao desenvolvimento biopsicossocial. Essas circunstâncias traduziram uma instituição repressiva e vigilante, visando garantir a ordem e a proteção da sociedade.

7

Em âmbito nacional o sistema das FEBEMs se configurou como uma calamidade na assistência à criança e ao adolescente brasileiro. Sua falência decorreu, dentre outros fatores, das violações de direitos dos internos, ocasionando constantes fugas, rebeliões e motins, superlotação, baixa qualidade dos serviços, custos elevados, a lentidão no reordenamento das instituições. Tudo isso levou organizações sociais e a própria FUNABEM a repensar outra vertente da Política de Assistência Socioeducativa.

Os esquemas repressivos, de forma geral, estiveram presentes em todas as fases do atendimento voltado à criança e ao adolescente pobres. Para Duarte (1987) essa história esteve por muito tempo associada à polícia. Relata que os menores, no Estado de Goiás, quando sentenciados permaneciam na Delegacia Geral, sem espaço físico separado. Assim, considera que o surgimento da Delegacia de Vigilância e Proteção de Menores e o Centro de Observação e Orientação Juvenil foram o um avanço no sentido de uma política social.

Em Goiás, não foi diferente. Conforme o estudo realizado em 1986 sobre a situação das crianças e adolescentes goianos, em situação de vulnerabilidade social, constatou-se uma falência do sistema vigente na época, expressa na crise vivida pela instituição, a qual culminou no encerramento do COOJ no ano de 1986.

Até a promulgação do Estatuto as políticas de assistência socioeducativa no Brasil traduziram-se numa biografia de violência, discriminação e segregação. O desenrolar dessa história esteve atrelada às políticas educacionais e assistenciais, bem como, às influências econômicas que vão se desenvolver desde o Brasil colônia até os dias atuais. Este percurso é uma narrativa que retrata, sobretudo, a história de adolescentes pobres, abandonados e sem perspectiva.

Referências:

Assis, S. G.; Oliveira, M. B. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. Cad. Saúde Pública, 15:831-844, 1999.

Bispo A. B. A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores Getúlio Vargas (1942-1974). 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

Cardoso N. A. Educação e Cidadania. As representações sociais de cidadania de jovens com participação em contextos comunitários de educação. Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás, 1998.

Certeau, M. . A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Duarte D. S. . Menor: Onde está seu espaço? Análise da problemática social do Estado de Goiás. Edição do próprio autor. Goiânia, GO, 1987.

Fajardo D. C. A. Educar para ressocializar: paradoxos de uma proposta educativa. Um Estudo de Caso no CASEF/ POA/ RS. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

FEBEM, Documento: Plano Global, 1984-1986. Desenvolvido pela equipe da FEBEM, juntamente com o Governo Iris Rezende Machado. Este documento é parte do arquivo particular Dr. Lourival Belem Jr, 1984).

Miranda H.S. MENINOS, MOLEQUES, MENORES... Faces da infância no Recife 1927 – 1937. Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

Oliveira M. L. M. Aldeia Juvenil: duas décadas de contraposição à cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres em Goiás. Defesa em 20/09/2005. 135 f. Tese (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Goiás Pró-reitoria de Pesquisa Mestrado em Psicologia Goiânia, 2005.

Zaluar, A. Mudanças na Política Social para a criança e o adolescente pobre. In: Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.